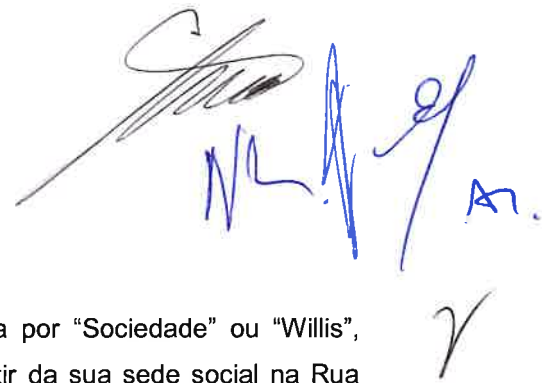


# Relatório e Contas 2018

Willis – Corretores de  
seguros, S.A.



**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**Exercício de 2018**



A Willis – Corretores de Seguros S.A., doravante designada por “Sociedade” ou “Willis”, exerce a atividade de corretagem no setor de seguros a partir da sua sede social na Rua Barata Salgueiro, nº 33, 1250 -042 Lisboa e do seu escritório situado na Av. Sidónio Pais, nº 379, Edifício B – 2º piso – Sala 8, 4100-468 Porto.

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos em relação ao exercício de 2018, o Relatório da Gestão da Sociedade.

**1) Enquadramento Macroeconómico**

Em 2018 a economia portuguesa cresceu 2,1%, o que representa um crescimento de 0,2% abaixo do previsto pelo governo para este ano.

Comparativamente a 2017, o PIB sofreu um decréscimo de 0,7%, o que se deveu essencialmente a um crescimento menos acentuado do investimento, das exportações e da procura interna. De acordo com as projeções do Banco de Portugal, o crescimento do PIB deverá abrandar gradualmente ao longo dos próximos anos, estando previsto um PIB de 1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021.

Apesar desta diminuição relativamente ao ano anterior, continuamos entre os países da Zona Euro com maior crescimento, estando acima do crescimento Europeu, que foi de 1,9% em 2018.

Verifica-se, no entanto, que apesar de uma diminuição no crescimento económico, existiu uma redução na taxa de desemprego, um aumento na criação de emprego e do salário mínimo, o que levou a um aumento do rendimento disponível nas famílias e por consequência a um aumento do consumo privado.

## 2) Setor Segurador

De acordo com a ASF, a produção de seguro direto regista um valor na ordem dos 12 mil milhões de euros em 2018, representando um crescimento de 12,6% comparativamente a 2017, tendo contribuído para este aumento o ramo vida em 15,9% e o ramo não vida em 7,3%.

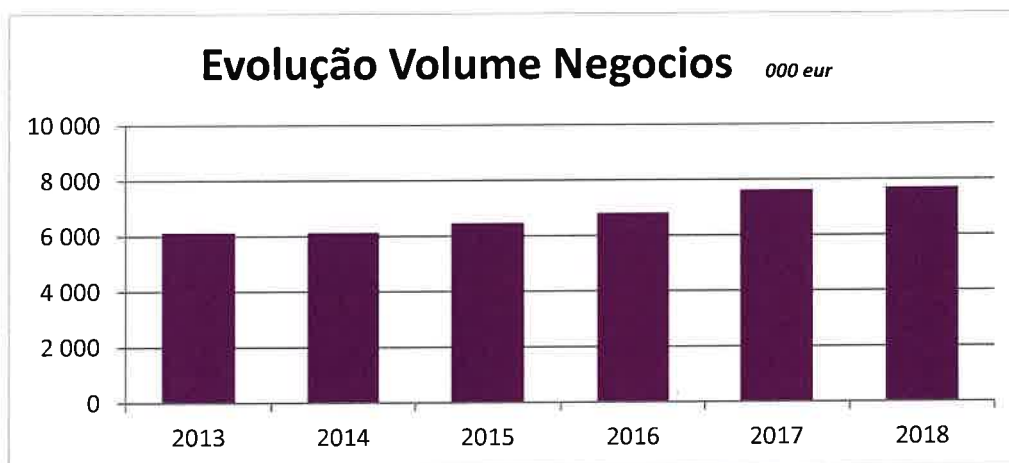
A nível do ramo Vida, foi de principal influência o aumento de 7,6% nos contratos de vida não ligados.

Enquanto que nos ramos Não Vida aqueles que mais contribuíram para o aumento verificado foram os Acidentes de Trabalho com 13,5% e Saúde com 7,7%.

A nível de custo com sinistros existiu um aumento de 4,6% nos ramos Vida e de 1,6% nos ramos Não Vida.

## 3) Atividade Operacional

A Willis encerrou o ano de 2018 mantendo a tendência de crescimento dos últimos anos. Em 2018 atingiu um volume de negócios no valor de 7.705.806 euros que representa um crescimento na ordem de 1,2 % face ao ano transato.



#### 4) Atividade desenvolvida em 2018

Continuamos a nossa tendência de crescimento sustentado, suportado em novo negócio, vendas-cruzadas e no movimento de correção tarifário do mercado segurador.

Mantivemos um rácio de retenção de clientes muito alto, sendo ilustrativos os excelentes resultados do nosso inquérito de satisfação (metodologia NPS), superiores em 9 pontos em relação a 2017 e nos quais 50% dos clientes que responderam ao inquérito nos avaliam com 9 ou mais e 90% com 7 ou mais (escala de 0 a 10).

Continuamos a investir numa cada vez maior especialização da nossa oferta ao cliente com o objetivo de partilhar localmente as melhores práticas de gestão de risco, identificando nesse sentido responsáveis por setores industriais prioritários.

Momento chave foi a nossa mudança para as novas instalações nas quais juntamos finalmente as operações da Risco e Capital Humano. Os novos escritórios melhoram muito a experiência dos nossos colaboradores e esperamos um impacto muito positivo em termos de aproximação e colaboração entre os diferentes segmentos e linhas de negócio e consequente sinergia comercial.

#### 5) Recursos Humanos

Em 2018 mantivemos os 71 postos de trabalho que transitaram do ano anterior.

##### ✓ Responsabilidade Social

Sob o lema **Wear it Pink** foi realizada uma ação de sensibilização sobre o cancro pelo Fundo IMM Laço. Os nossos colaboradores aceitaram o desafio de organizar uma venda de bolos para angariação de fundos que foram doados a esta associação.



## 6) Resultado Líquido

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

Conta	Valor em Euros
Distribuição de Dividendos	1.798.202

## 7) Perspetivas futuras

Em 2019 continuaremos a apostar na adequação da nossa estrutura ao que entendemos serem os desafios colocados por/aos nossos clientes. Nesse sentido serão criadas a unidade de Health and Benefits e de Gestão de Risco e Engenharia.

Esta alteração serve o propósito primário de dar mais e melhores soluções ao mercado, mas também criar mais itinerários profissionais para os nossos colegas.

A par de um novo sistema informático, implementaremos algumas iniciativas conducentes a uma maior eficiência administrativa.

Esperamos um setor segurador muito condicionado pela necessidade de equilibrar resultados nos ramos de Acidentes de Trabalho e Auto, começando já a ser visíveis também sinais de endurecimento no mercado de Danos Patrimoniais. Acresce o processo de consolidação de mercado, que aparentemente não terá ainda terminado.

Mantemos alguma expectativa relativamente ao processo de saída do Reino Unido da EU que poderá ter algum impacto nos nossos clientes e na forma como disponibilizamos algumas soluções a partir daquele mercado.

## 8) Informações Diversas

Nos termos do estipulado no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro informamos que a situação da Sociedade perante a Segurança Social, encontra-se regularizada.

Igualmente, não existem dívidas em mora à Administração Tributária.

O Relatório de Gestão e os respetivos documentos de prestação de contas estão à disposição dos acionistas, na sede da Sociedade.

Lisboa, 23 de maio de 2019

O Conselho de Administração,



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)

(Presidente)

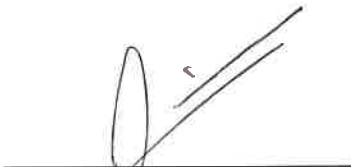


(António José Gomes Madureira)

(Vice-Presidente)



(Antonio Serrats Iriarte)



(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Florentino S. Almeida Conde)

**WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.****BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017***(Montantes expressos em Euros)*

ATIVO	Notas	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	58 204	49 293
Ativos intangíveis	5	91 604	-
Ativos por impostos diferidos	7	167 152	150 488
Total do ativo não corrente		316 960	199 781
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	8	1 436 194	591 536
Acionistas	10	2 881 734	2 555 498
Outras contas a receber	8	633 135	861 188
Diferimentos	11	68 156	62 246
Caixa e depósitos bancários	4	1 994 559	2 432 302
Total do ativo corrente		7 013 779	6 502 770
<b>Total do ativo</b>		<b>7 330 739</b>	<b>6 702 551</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	12	600 000	600 000
Reserva legal	12	120 000	120 000
		720 000	720 000
Resultado líquido do exercício		1 798 202	1 794 200
<b>Total do capital próprio</b>		<b>2 518 202</b>	<b>2 514 200</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	13	638 000	590 150
Total do passivo não corrente		638 000	590 150
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	14	2 901 981	2 321 341
Estado e outros entes públicos	9	266 216	430 214
Acionistas	10	339 704	268 553
Outras contas a pagar	14	659 138	578 093
Diferimentos		7 497	-
Total do passivo corrente		4 174 537	3 598 201
<b>Total do passivo</b>		<b>4 812 537</b>	<b>4 188 351</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>7 330 739</b>	<b>6 702 551</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2018.

Lisboa, 23 de maio de 2019

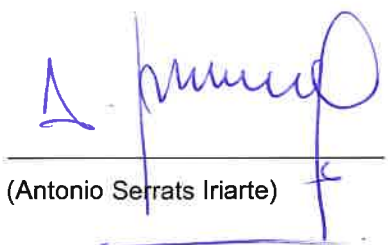
O Conselho de Administração,



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)  
(Presidente)



(António José Gomes Madureira)  
(Vice-Presidente)



(Antonio Serrats Iriarte)



(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)



**WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Serviços prestados	15	7 705 806	7 617 606
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 242 624)	(1 270 197)
Gastos com o pessoal	17	(3 814 323)	(3 806 740)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	8	(57 829)	(8 330)
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	(47 850)	(23 160)
Outros rendimentos e ganhos	18	42 112	11 755
Outros gastos e perdas	18	(184 171)	(122 475)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2 401 121</b>	<b>2 398 459</b>
Gastos de depreciação e de amortização	5	(19 797)	(17 203)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 381 323</b>	<b>2 381 256</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	19	49 544	36 718
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 430 867</b>	<b>2 417 974</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício	20	(632 665)	(623 774)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1 798 202</b>	<b>1 794 200</b>
<b>Resultado por ação básico</b>		<b>15,0</b>	<b>15,0</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Lisboa, 23 de maio de 2019

O Conselho de Administração,



(Nuno Alberto de Brito e Cunha)  
(Presidente)



(António José Gomes Madureira)  
(Vice-Presidente)



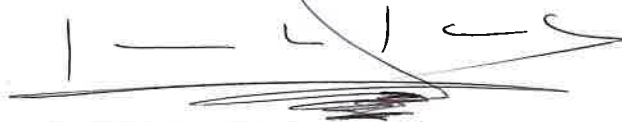
(Antonio Serrats Iriarte)



(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

# WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2018	2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		7 086 421	7 831 199
Pagamentos a fornecedores		(722 000)	(1 703 533)
Pagamentos ao pessoal		(3 725 067)	(3 794 060)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>2 639 354</b>	<b>2 333 606</b>
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(776 093)	(354 137)
Movimentação de depósitos à ordem relativos a fundos de cliente	4	(209 426)	(130 230)
Outros recebimentos / pagamentos		(9 143)	(356 931)
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>		<b>1 644 693</b>	<b>1 492 308</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Acionistas		2 094 637	1 805 148
Juros e rendimentos similares		49 544	36 718
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		<b>2 144 181</b>	<b>1 841 866</b>
Ativos fixos tangíveis		(34 610)	(28 480)
Ativos intangíveis		(91 604)	-
Acionistas		(2 515 628)	(2 571 973)
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>		<b>(497 661)</b>	<b>(730 107)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Dividendos	12	(1 794 200)	(1 363 840)
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>		<b>(1 794 200)</b>	<b>(1 363 840)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>(647 168)</b>	<b>(601 639)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	924 261	1 525 900
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	277 093	924 261

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Lisboa, 23 de maio de 2019

O Conselho de Administração,



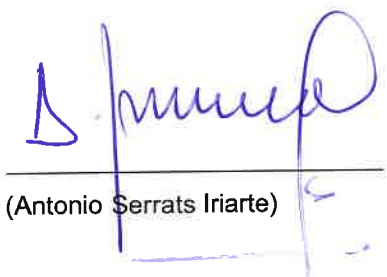
(Nuno Alberto de Brito e Cunha)

(Presidente)



(António José Gomes Madureira)

(Vice-Presidente)



(Antonio Serrats Iriarte)



(Jaime Castellanos Borrego)



(Enrique Santos Pereira)



(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

**WILLIS - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>600 000</b>	<b>120 000</b>	<b>1 363 840</b>	<b>2 083 840</b>
<b>Operações com detentores de capital no exercício</b>					
Distribuição de dividendos	12	-	-	(1 363 840)	(1 363 840)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		-	-	1 794 200	1 794 200
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>600 000</b>	<b>120 000</b>	<b>1 794 200</b>	<b>2 514 200</b>
<b>Operações com detentores de capital no exercício</b>					
Distribuição de dividendos	12	-	-	(1 794 200)	(1 794 200)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		-	-	1 798 202	1 798 202
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>600 000</b>	<b>120 000</b>	<b>1 798 202</b>	<b>2 518 202</b>


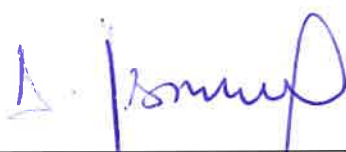

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**



Lisboa, 23 de maio de 2019

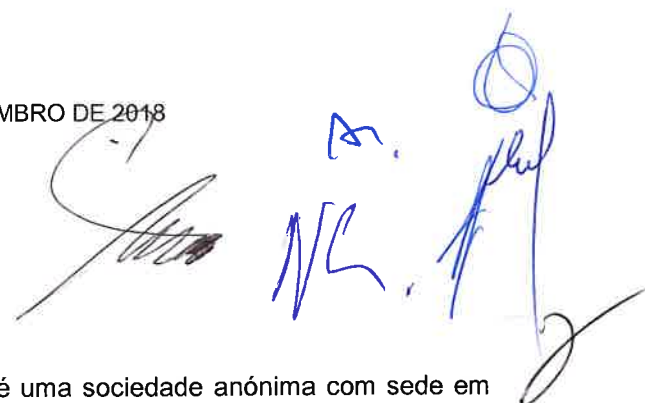
O Conselho de Administração,

  
(Nuno Alberto de Brito e Cunha)  
(Presidente)  
(António José Gomes Madureira)  
(Vice-Presidente)  
(Antonio Serrats Iriarte)  
(Jaime Castellanos Botrego)  
(Enrique Santos Pereira)  
(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:

  
(Eulália Maria Machado Gomes)

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**



### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Willis – Corretores de Seguros, S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anónima com sede em Lisboa, constituída em 1956, tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

Conforme indicado na Nota 12, o capital da Sociedade é detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduría de Seguros y Reaseguros S.A., entidade incluída no perímetro de consolidação da Willis Towers Watson, PLC, sediada na Irlanda. Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo ao qual pertence. Os principais saldos e transações realizadas com as entidades do Grupo Willis encontram-se detalhados na Nota 10.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2019.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras

### 3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que os bens se encontram em condições de ser utilizados, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3 - 8
Equipamento básico	4 - 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade mantém um conjunto de contratos de Aluguer de Longa Duração (ALD), os quais, face às suas especificidades e de acordo com o preconizado na NCRF 9 - Locações, são reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas como alugueres operacionais (Nota 6).

As rendas de locações operacionais são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração dos resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

### 3.4 Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, gastos com a aquisição de software utilizado no desenvolvimento da atividade da Sociedade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

### 3.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

#### (i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

#### a) *Clientes e outras contas a receber*

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### b) *Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

#### c) *Acionistas*

Os empréstimos a empresas do Grupo, incluídos na rubrica "Acionistas", são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) *Fornecedores e outras contas a pagar*

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo ou ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade, a reconhecer, corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato. Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” da demonstração dos resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.6 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito da Sociedade inclui as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e honorários pela elaboração de projetos de consultoria de seguros.



O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

#### Prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é efetuado até àquela data. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

#### Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.7 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuados na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com o reconhecimento do rédito associado à prestação de serviços e respetiva especialização.

#### Estimativas utilizadas no cálculo das comissões

Em caso de não conclusão, à data do encerramento do exercício, da negociação com clientes e/ou seguradoras sobre os valores finais a constarem nos contratos de seguro, as estimativas são efetuadas com base nos seguintes aspetos:

- i) Últimos valores apresentados pela seguradora no decurso da negociação; e
- ii) Valores constantes na apólice imediatamente anterior (em caso de renovação).

Em caso de existirem prestações de serviços de corretagem de seguros com pagamentos fracionados, ou seja, em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido, mas as comissões sejam recebidas em períodos futuros, a Sociedade estima, com base nos últimos valores apresentados, as comissões a receber que dizem respeito a esses serviços.

A Sociedade regista acertos nas comissões associadas ao serviço de corretagem no momento em que tem a expectativa de vir a receber ou pagar valores relacionados com a prestação de serviços em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido.

### 3.8 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### 3.9 Benefícios pós-emprego

A Sociedade tem um plano de contribuições definidas, de forma a complementar a reforma atribuída aos seus colaboradores. Este plano abrange a totalidade dos seus colaboradores.

As contribuições realizadas pela Sociedade para o plano de contribuições definidas são reconhecidas como custo do exercício como "Gastos com o pessoal".

### 3.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são faturados. As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de balanço Caixa e depósitos bancários é composta como se segue:

	2018	2017
Depósitos à ordem		
· Fundos recebidos de clientes (Nota 21.e)	1.717.467	1.508.041
· Fundos da atividade operacional	277.093	924.261
	<u>1.994.559</u>	<u>2.432.302</u>

São excluídos da rubrica de "Caixa e seus equivalentes", para efeitos de preparação da demonstração dos fluxos de caixa, os depósitos à ordem onde a Sociedade deposita os fundos recebidos de clientes (Nota 21), uma vez que existem restrições regulamentares à movimentação destas contas por parte da Sociedade.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

	2018							2017		
	Saldo inicial			Aquisições	Amortizações e depreciações do exercício	Abates	Vendas	Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido					Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido
<b>Ativos fixos tangíveis</b>										
Equipamento administrativo	472.994	(425.869)	47.125	35.557	(19.797)	(4.770)	(274)	153.298	(95.458)	57.840
Equipamento básico	50.844	(48.676)	2.168	-	-	(1.804)	-	9.919	(9.555)	364
	<b>523.838</b>	<b>(474.545)</b>	<b>49.293</b>	<b>35.557</b>	<b>(19.797)</b>	<b>(6.575)</b>	<b>(274)</b>	<b>163.217</b>	<b>(105.014)</b>	<b>58.204</b>
<b>Ativos intangíveis</b>										
Software	245.904	(245.904)	-	-	-	-	-	230.712	(230.712)	-
Em curso	-	-	-	91.804	-	-	-	91.804	-	91.804
	<b>245.904</b>	<b>(245.904)</b>	<b>-</b>	<b>91.804</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>322.516</b>	<b>(230.712)</b>	<b>91.804</b>
	<b>769.742</b>	<b>(720.449)</b>	<b>49.293</b>	<b>127.361</b>	<b>(19.797)</b>	<b>(6.575)</b>	<b>(274)</b>	<b>485.733</b>	<b>(335.726)</b>	<b>149.808</b>

	2017							2016		
	Saldo inicial			Aquisições	Amortizações e depreciações do exercício	Abates	Vendas	Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido					Valor Bruto	Amortizações e depreciações acumuladas	Valor Líquido
<b>Ativos fixos tangíveis</b>										
Equipamento administrativo	479.940	(445.517)	34.423	27.872	(15.170)	(34.818)	-	472.994	(425.869)	47.125
Equipamento básico	50.844	(46.643)	4.201	-	(2.033)	-	-	50.844	(48.676)	2.168
	<b>530.784</b>	<b>(492.160)</b>	<b>38.624</b>	<b>27.872</b>	<b>(17.203)</b>	<b>(34.818)</b>	<b>-</b>	<b>523.838</b>	<b>(474.545)</b>	<b>49.293</b>
<b>Ativos intangíveis</b>										
Software	245.904	(245.904)	-	-	-	-	-	245.904	(245.904)	-
	<b>245.904</b>	<b>(245.904)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>245.904</b>	<b>(245.904)</b>	<b>-</b>
	<b>776.688</b>	<b>(738.064)</b>	<b>38.624</b>	<b>27.872</b>	<b>(17.203)</b>	<b>(34.818)</b>	<b>-</b>	<b>769.742</b>	<b>(720.449)</b>	<b>49.293</b>

No exercício de 2018 foi abatido equipamento administrativo e equipamento básico no montante de 355.559 euros, tendo gerado um gasto no montante de 6.575 euros, registado na rubrica "Outros gastos e perdas".

No exercício de 2017 foi abatido equipamento administrativo no montante de 34.818 euros, o qual se encontrava totalmente depreciado.

6. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com veículos e com as suas instalações, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são detalhados conforme se segue:

	2018	2017
Até 1 ano	221.792	218.920
Entre 1 ano e 5 anos	629.424	122.750
A mais de 5 anos	668.599	-
	<b>1.519.816</b>	<b>341.670</b>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em euros)

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Pagamentos mínimos	200.396	228.239
Outros	1.352	695
	<u>201.749</u>	<u>228.933</u>

## 7. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Ativos por impostos diferidos" corresponde a diferenças temporárias originadas por provisões não aceites fiscalmente.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018	2017
Saldo inicial	150.488	144.582
Reforços (Nota 20)	16.664	5.906
	<u>167.152</u>	<u>150.488</u>

## 8. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos de clientes e de outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes						
• Conta corrente	1.404.023	(49.343)	1.354.680	573.409	-	573.409
• Clientes de cobrança duvidosa	34.404	(31.941)	2.463	37.307	(37.145)	162
• Outros valores a receber	79.051	-	79.051	17.965	-	17.965
	<u>1.517.478</u>	<u>(81.284)</u>	<u>1.436.194</u>	<u>628.681</u>	<u>(37.145)</u>	<u>591.536</u>
Outras contas a receber						
• Devedores por acréscimos de rendimentos						
• Serviços prestados a faturar	571.948	-	571.948	833.862	-	833.862
• Outros devedores						
• Cauções relativas a contratos de arrendamento	72.741	(18.283)	54.458	21.368	-	21.368
• Adiantamentos ao pessoal	5.516	-	5.516	2.019	-	2.019
• Outros	1.213	-	1.213	8.532	(4.593)	3.939
	<u>651.418</u>	<u>(18.283)</u>	<u>633.135</u>	<u>865.781</u>	<u>(4.593)</u>	<u>861.188</u>
	<u>2.168.896</u>	<u>(99.567)</u>	<u>2.069.329</u>	<u>1.494.462</u>	<u>(41.738)</u>	<u>1.452.724</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos – Serviços prestados a faturar" refere-se ao valor estimado de comissões de corretagem e honorários por serviços prestados, cuja faturação ocorrerá em períodos seguintes (Notas 3.6 e 3.7).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Clientes – Conta corrente" inclui 170.768 euros e 126.955 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar por partes relacionadas (Nota 10).



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em euros)

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber e de outros devedores, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2018	2017
<b>Clientes de cobrança duvidosa</b>		
Saldo inicial	37.145	28.815
Reforços	53.114	37.145
Reversões	(8.975)	(28.815)
	<u>81.284</u>	<u>37.145</u>
<b>Outros devedores</b>		
Saldo inicial	4.593	4.593
Reforços	18.283	-
Reversões	(4.593)	-
	<u>18.283</u>	<u>4.593</u>

O efeito líquido dos reforços e reversões das perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber e de outros devedores no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 57.829 euros (8.330 euros em 2017) encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Imparidade de dívidas a receber”.

#### 9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
<b>Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)</b>		
Estimativa de imposto (Nota 20)	649.329	629.680
Pagamentos por conta	(513.744)	(353.412)
Retenções na fonte	-	(13.919)
	<u>135.585</u>	<u>262.349</u>
<b>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)</b>	48.860	58.976
Contribuições para a Segurança Social	58.593	69.840
Imposto sobre o Valor Acrescentado	21.001	37.212
Outros impostos	2.177	1.837
	<u>266.216</u>	<u>430.214</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Sociedade não tinha impostos ou contribuições para a Segurança Social em mora.

10. PARTES RELACIONADASRemunerações dos órgãos sociais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os membros dos órgãos sociais da Sociedade foram remunerados em 16.400 euros e 35.400 euros, respetivamente (Nota 18).

Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais saldos mantidos com partes relacionadas tinham a seguinte composição:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Saldos relacionados com a atividade de corretagem</u>				
Willis Group Services Limited	66.293	100.081	101.066	39.407
Willis Ibéria	95.729	50.926	5.221	182.783
Grass Savoye France	5.484	-	1.142	-
Willis AG	1.761	-	-	-
Willis of Illinois, Inc	-	1.701	-	1.902
Willis Itália	1.500	-	500	-
Willis Chile	-	-	15.520	-
Willis Minnesota Inc	-	-	2.206	-
Willis AB	-	-	1.300	-
	<u>170.768</u>	<u>152.707</u>	<u>126.955</u>	<u>224.092</u>
<u>Outros saldos</u>				
WTW Global Treasury Company	2.873.604	-	2.452.613	-
Willis Group Services Limited	-	339.704	-	268.553
Towers Watson Portugal	1.720	-	-	-
Willis Ibéria	8.130	-	102.885	-
	<u>2.883.453</u>	<u>339.704</u>	<u>2.555.498</u>	<u>268.553</u>
	<u>3.054.221</u>	<u>492.411</u>	<u>2.682.453</u>	<u>492.645</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade apresenta saldos ativos com a WTW Global Treasury Company nos montantes de 2.873.604 euros e 2.452.613 euros, respetivamente, que correspondem a empréstimos concedidos a esta entidade, com maturidades inferiores a um ano, e que vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 19).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade mantinha saldos passivos com a Willis Group Services Limited nos montantes de 339.704 euros e 268.553 euros, respetivamente, que correspondem ao valor dos gastos imputados à Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos relacionados com a atividade de corretagem correspondem aos valores a receber ou a pagar a outras entidades do Grupo Willis, devidas por referência de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, sempre de acordo com as condições definidas pelo Grupo. Estes saldos encontram-se registados nas rubricas "Clientes" e "Fornecedores".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em euros)

As principais transações efetuadas pela Sociedade com empresas do Grupo Willis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tiveram o seguinte reflexo ao nível das respetivas demonstrações dos resultados:

	2018	2017
Serviços prestados (Nota 15)	298.769	254.617
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	(349.570)	(257.525)
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 19)	49.544	36.718
	<u>(1.257)</u>	<u>33.810</u>

O montante incluído em “Serviços prestados” corresponde a comissões recebidas, por referenciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas a outras empresas do Grupo Willis.

#### 11. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Seguros	25.148	18.070
Rendas	18.192	14.822
Fundo de Compensação do Trabalho	19.169	12.864
Outros custos diferidos	5.647	16.490
	<u>68.156</u>	<u>62.246</u>

#### 12. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 120.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada e é detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduria de Seguros Y Reaseguros, S.A..

##### Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, no mínimo, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

##### Aplicação do resultado:

Nas Assembleias Gerais de Acionistas, realizadas em 13 de abril de 2018 e 13 de abril de 2017 foi deliberado que os resultados líquidos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, nos montantes de 1.794.200 euros e 1.363.840 euros, respetivamente, fossem integralmente distribuídos aos Acionistas.

**13. PROVISÕES**

O movimento ocorrido na rubrica "Provisões" durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2018	2017
Provisão para outros riscos e encargos		
Saldo inicial	590.150	566.990
Reforços	47.850	23.160
	<u>638.000</u>	<u>590.150</u>

A provisão constituída destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes da atividade da Sociedade.

**14. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Fornecedores		
. Companhias de seguros (Nota 21)	2.788.774	2.255.125
. Outros fornecedores	113.207	66.216
	<u>2.901.981</u>	<u>2.321.341</u>
Outras contas a pagar		
. Credores por acréscimos de gastos		
. Remunerações e respetivos encargos	492.958	394.000
. Honorários	42.000	28.483
. Seguros	17.752	14.778
. Outros	8.179	86.778
. Credores (sub-agentes)	90.101	46.595
. Outros credores	8.148	7.459
	<u>659.138</u>	<u>578.093</u>
	<u>3.561.119</u>	<u>2.899.434</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Fornecedores" inclui 152.707 euros e 224.092 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10).

15. SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de serviços efetuadas pela Sociedade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, resultaram, essencialmente, de operações realizadas em Portugal e podem ser detalhadas como se segue:

	2018	2017
Atividade de corretagem	7.185.191	6.814.017
Honorários	520.615	803.589
	<u>7.705.806</u>	<u>7.617.606</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Atividade de corretagem" inclui 298.769 euros e 254.617 euros, respetivamente, relacionados com comissões recebidas de entidades relacionadas, por referência de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas a outras empresas do Grupo Willis (Nota 10).

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Trabalhos especializados	463.938	487.808
Rendas e alugueres	288.598	302.936
Comissões	128.657	140.591
Despesas de representação	58.549	61.965
Deslocações e estadas	56.453	73.703
Comunicação	56.428	65.064
Seguros	36.757	42.684
Outros	153.244	95.446
	<u>1.242.624</u>	<u>1.270.197</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" inclui 349.570 euros e 257.525 euros, respetivamente, relacionados com valores pagos ao Grupo Willis (Nota 10).



**17. GASTOS COM O PESSOAL**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	16.400	35.400
Remunerações do pessoal	2.328.487	2.366.064
Encargos sobre remunerações	555.589	555.659
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	10.689	11.184
Benefícios pós-emprego:		
. Contribuição definida	100.000	100.000
Indemnizações	70.055	-
Outros	733.103	738.433
	<u>3.814.323</u>	<u>3.806.740</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade manteve ao seu serviço, em média, 70 colaboradores.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outros" inclui essencialmente gastos com vales sociais de apoio à educação e gastos com um seguro de capitalização a favor dos colaboradores.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade efetuou contribuições para o plano de contribuição definida, que abrange a totalidade dos seus colaboradores, pelo montante de 100.000 euros, em cada ano.

**18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
<u>Outros rendimentos e ganhos:</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	20.582	52
Subsídios à exploração	14.919	11.600
Outros rendimentos e ganhos	6.611	103
	<u>42.112</u>	<u>11.755</u>
<u>Outros gastos e perdas:</u>		
Impostos	129.173	108.477
Diferenças de câmbio desfavoráveis	23.875	545
Outros gastos e perdas	31.123	13.453
	<u>184.171</u>	<u>122.475</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outros gastos e perdas – Impostos" respeita, essencialmente, a Imposto do Selo suportado pela Sociedade, o qual está associado às comissões recebidas durante os respetivos exercícios.

**19. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Juros sobre financiamentos concedidos a empresas do Grupo (Nota 10)	49.544	36.718
	<u>49.544</u>	<u>36.718</u>

**20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO**

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2018 e 2017 é de 22,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis estão sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, de acordo com os seguintes intervalos: (i) 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, aplicando-se a taxa de 3%; (ii) 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, aplicando-se a taxa de 5%; e (iii) superiores a 35.000.000 euros, aplicando-se uma taxa de 9% (7% em 2017).

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita à tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade nos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o gasto com impostos sobre o rendimento é detalhado como segue:

	2018	2017
Imposto corrente do exercício	649.329	629.680
Imposto diferido do exercício (Nota 7)	(16.664)	(5.906)
	<u>632.665</u>	<u>623.774</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em euros)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a reconciliação do imposto corrente do exercício é conforme segue:

	2018	2017
Resultado antes de impostos	2.430.867	2.417.974
Taxa nominal de impostos	22,5%	22,5%
Imposto à taxa nominal	546.945	544.044
Diferenças:		
Diferenças temporárias (i)	14.880	5.211
Diferenças permanentes (ii)	10.594	3.216
Tributações autónomas	45.588	48.546
Derrama estadual	31.323	28.663
Imposto corrente do exercício (Nota 9)	649.329	629.680

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as diferenças temporárias podem ser resumidas como segue:

	2018	2017
Reforços / (Reversões) registados com provisões (Nota 13)	47.850	23.160
Reforços / (Reversões) registados com imparidade (Nota 8)	18.283	-
	66.133	23.160
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	14.880	5.211

(ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estes montantes tinham a seguinte composição:

	2018	2017
Benefícios fiscais	(34.611)	(20.990)
(Reposição)/reforço de imparidade e provisões, líquido	38.748	6.560
Seguros de vida, doença e acidentes pessoais	7.007	8.095
Despesas não dedutíveis	32.050	19.395
Outros, líquidos	3.891	1.236
	47.085	14.295
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	10.594	3.216

Nos exercícios de 2018 e 2017, os benefícios fiscais incluídos no quadro anterior dizem maioritariamente respeito a criação líquida de emprego e atribuição de cheques creche aos colaboradores.

21. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAISPrestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º1 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

Esta informação é divulgada pela Sociedade nas Notas 3.6 e 3.7.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações recebidas pela Sociedade durante os exercícios de 2018 e 2017 são em numerário e reconhecidas de acordo com as políticas definidas na Nota 3.6, encontrando-se a respetiva desagregação, por tipo de remuneração, apresentada na Nota 15 – Serviços prestados.

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade, nos exercícios de 2018 e 2017 apresentam a seguinte composição:

	2018		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões			
Empresas de Seguros	148.365	6.429.917	6.578.283
Outros Mediadores	-	638.290	638.290
Honorários			
Clientes (Nota 15)	-	520.615	520.615
	<u>148.365</u>	<u>7.588.822</u>	<u>7.737.188</u>
	2017		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões			
Empresas de Seguros	144.157	5.466.946	5.611.104
Outros Mediadores	-	486.411	486.411
Honorários			
Clientes (Nota 15)	-	803.589	803.589
	<u>144.157</u>	<u>6.756.946</u>	<u>6.901.103</u>

Os montantes de comissões apresentados no quadro acima correspondem a recibos emitidos durante os exercícios de 2018 e 2017, independentemente do momento da sua liquidação ou do reconhecimento contabilístico da receita respetiva.

d) Níveis de concentração

Nos exercícios de 2018 e 2017, nenhuma entidade (empresa de seguros, mediadores ou clientes) representou mais do que 25% dos proveitos totais recebidos pela Sociedade.

e) Valores das contas clientes

Os valores das contas de depósitos à ordem relativas a fundos recebidos de clientes (Nota 4) e a sua movimentação durante os exercícios de 2018 e 2017 são apresentados como segue:

Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2016 (Nota 4)	1.377.811
Movimento do ano (débito)	65.892.316
Movimento do ano (crédito)	(65.762.086)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2017 (Nota 4)	1.508.041
Movimento do ano (débito)	67.837.758
Movimento do ano (crédito)	(67.628.332)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2018 (Nota 4)	1.717.467

f) Valores das contas a receber e a pagar

Esta informação encontra-se detalhada, relativamente aos valores a receber, na Nota 8 – Clientes e outras contas a receber. A desagregação por origem dos valores a pagar encontra-se detalhada na Nota 14 – Fornecedores e outras contas a pagar.

g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos brutos das contas a receber e as contas a pagar podem ser desagregadas da seguinte forma:

	2018		2017	
	Contas a receber - Clientes <sup>(a)</sup> (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 14)	Contas a receber - Clientes <sup>(a)</sup> (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 14)
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	1.824.744	-	2.197.926
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	2.462.268	2.462.268	1.716.876	1.716.876
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	148.007	-	(23.824)	-
Remunerações respeitantes a prémios de seguro e resseguro:				
• Já cobrados	-	(182.347)	-	(183.761)
• Por cobrar	-	(227.859)	-	(347.802)
Outros valores:				
• Honorários devidos à Sociedade por prestação de serviços em consultoria de seguros	300.979	-	265.863	-
• Recibos cobrados, em processamento pela Sociedade	(1.196.389)	(1.080.528)	(1.181.504)	(1.057.741)
• Recebimentos de clientes no final do ano, ainda não processados	(10.436)	-	(148.081)	-
• Outros valores	(186.952)	(7.505)	(649)	(70.373)
	<u>1.517.478</u>	<u>2.788.774</u>	<u>628.681</u>	<u>2.255.125</u>

<sup>(a)</sup> valores brutos, antes do reconhecimento de perdas por imparidade



h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

A antiguidade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como da imparidade registada pela Sociedade, é apresentada como segue:

	2018		2017	
	Valores a receber	Imparidade	Valores a receber	Imparidade
Até 1 mês	270.056	-	225.853	-
De 1 a 3 meses	67.866	-	64.747	-
De 3 a 6 meses	25.242	-	8.331	-
	<u>363.164</u>	<u>-</u>	<u>298.930</u>	<u>-</u>
De 6 meses a 1 ano	30.248	2.464	12.828	12.665
Entre 1 e 2 anos	53.373	33.223	7.874	7.875
Superior a 2 anos	45.593	45.597	32.125	16.605
	<u>129.214</u>	<u>81.284</u>	<u>52.827</u>	<u>37.145</u>
	<u>492.378</u>	<u>81.284</u>	<u>351.757</u>	<u>37.145</u>

i) Descrição de obrigações contingentes

Esta informação encontra-se detalhada nas Notas 13 – Provisões e 22 – Outros assuntos.

Nos termos do n.º 2 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Sociedade representem pelo menos 5% do total das remunerações auferidas

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade apresentam a seguinte composição:

	2018			
	Ramo		Total	%
	Vida	Não vida	(Nota 21 c))	
Fidelidade	17.179	1.343.022	1.360.201	20,68%
Allianz	5.634	1.020.491	1.026.126	15,60%
Seguradoras Unidas	11.111	1.007.053	1.018.164	15,48%
Generali	-	763.713	763.713	11,61%
Zurich	-	456.391	456.391	6,94%
AIG	-	306.606	306.606	4,66%
Lusitania	-	303.466	303.466	4,61%
Outros inferiores a 4%	114.441	1.229.176	1.343.617	20,43%
Total	<u>148.365</u>	<u>6.429.917</u>	<u>6.578.283</u>	100,00%

2017

	Ramo		Total (Nota 21 c))	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade	7.051	1.016.501	1.023.552	18,24%
Seguradoras Unidas	25.733	767.757	793.489	14,14%
Generali	-	744.215	744.215	13,26%
Allianz	5.582	623.525	629.108	11,21%
Zurich	-	357.211	357.211	6,37%
AIG	-	300.181	300.181	5,35%
COSEC	-	240.324	240.324	4,28%
Outros inferiores a 4%	105.791	1.417.233	1.523.024	27,14%
<b>Total</b>	<b>144.157</b>	<b>5.466.946</b>	<b>5.611.104</b>	<b>100,00%</b>

Os montantes apresentados nos quadros acima correspondem a recibos emitidos durante os exercícios de 2018 e 2017, independentemente da data de início de cobertura. Adicionalmente, não são incluídos valores relativos a resseguro.

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios de 2018 e 2017, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

## 22. OUTROS ASSUNTOS

O artigo 19, n.º 1, alínea d), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, prevê que cada corretor de seguros disponha de garantia bancária ou de seguro de caução destinado à cobertura do pagamento "de créditos dos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários face ao corretor e que respeitem aos fundos que lhe foram confiados com vista a serem transferidos para essas pessoas" e "de créditos dos clientes face ao corretor, resultantes de fundos que este recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios" relativamente aos quais o corretor não tenha entregue simultaneamente o recibo de prémio emitido pela empresa de seguros.

Tais instrumentos deverão ter um valor mínimo correspondente a 18.760 euros ou, se superior, a 4% sobre a totalidade dos fundos confiados ao corretor de seguros pelos tomadores de seguros para serem entregues às seguradoras, e por estas para serem entregues aos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários, durante o exercício económico precedente. Excluem-se aqueles relativamente aos quais foram outorgados poderes ao corretor de seguros, pela empresa de seguros, para o recebimento em seu nome.


Para este efeito, a Sociedade dispõe de uma apólice de seguro de caução prestada pela Ageas, pelo valor mínimo acima mencionado, com início em 1 de janeiro de 2015 e automaticamente renovável por períodos de 1 ano.

Nos termos do Artigo 88º do Código dos Contratos Públicos (DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro), a Sociedade tem ainda apólices de seguro de caução prestadas pela COSEC no âmbito dos contratos com entidades públicas. Estas apólices de seguro de caução são efetuadas para determinados contratos celebrados entre a Sociedade e as respetivas entidades públicas.


23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

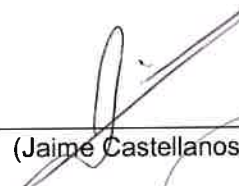
Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data de balanço que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

O Conselho de Administração:

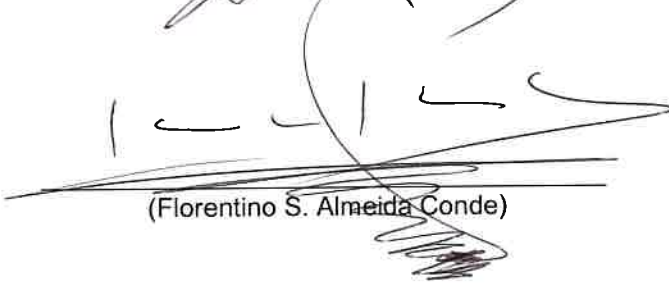
  
(Nuno Alberto de Brito e Cunha)  
(Presidente)

  
(António José Gomes de Madureira)  
(Vice-Presidente)

  
(Antonio Serrats Iriarte)

  
(Jaime Castellanos Borrego)

  
(Enrique Santos Pereira)

  
(Florentino S. Almeida Conde)

O Contabilista Certificado:

  
(Eulália Maria Machado Gomes)

## Sobre a Willis Towers Watson

A Willis Towers Watson (NASDAQ: WLTW) é uma empresa global líder em consultoria, corretagem e soluções que apoia clientes em todo o mundo a transformar o risco num caminho para o crescimento. Com um percurso que data desde 1828, a Willis Towers Watson tem 39.000 colaboradores em mais de 120 países.

Desenhámos e oferecemos soluções que gerem o risco, otimizem os benefícios, promovam o talento e ampliam o poder do capital de forma a proteger e a reforçar as organizações e os indivíduos. A nossa perspetiva única permite-nos olhar para as principais interseções entre o talento, os ativos e as ideias – a fórmula dinâmica que promove o desempenho da negócios.

Juntos, desbloqueamos potencial.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 7.330.739 euros e um total de capital próprio de 2.518.202 euros, incluindo um resultado líquido de 1.798.202 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Willis – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about) para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2019. Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746



## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- avaliamos se o uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.


PA

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 24 de maio de 2019

  
\_\_\_\_\_  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Aos Acionistas da  
Willis – Corretores de Seguros, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. ("Sociedade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2018 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 24 de maio de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about) para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2019. Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746